

EDITAL

CARLA MARIA NUNES TAVARES, Presidente da Câmara Municipal da Amadora, faz público, que nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º e alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, bem como no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro na sua atual redação, foi celebrado o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município da Amadora e o Clube Desportivo Cá-te-Espero, o qual se encontra disponível em "www.cm-amadora.pt/municipio/editais-avisos-comunicados/contratos-programa-cd" para consulta.

Para constar e para os devidos efeitos, se lavra o presente edital e outros de igual teor, que vão ser publicitados nos lugares de estilo.

E eu, Paula Viana, Chefe da Divisão de Gestão Administrativa e Contratação do Departamento de Administração Geral, por subdelegação de competências do Diretor do Departamento de Administração Geral, nos termos do despacho n.º 3/DDAG/2019, de 11 de novembro de 2019, publicado na Separata n.º 25, Boletim Municipal de 25 de novembro de 2019, o subscrevi.

Amadora, 3 de agosto de 2021

A Presidente,



Carla Tavares



CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

B
P

Considerando, que:

- a) Desde 30 de janeiro de 2020 que existe uma situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde, devido ao vírus SARS-Cov-2, responsável pela doença COVID-19, e que a 11 de março de 2020, foi declarado o estado de pandemia;
- b) Foi declarado o estado de emergência pelo Presidente da República, através do Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, de 18 de março, e que o aludido estado de emergência foi renovado a 2 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 17-A/2020, e a 17 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 20-A/2020;
- c) Foi declarada a situação de calamidade pública pela resolução do Conselho de Ministros nº 33-A/2020, de 30 de abril;
- d) Tendo presente que a situação de calamidade pública provocada pela pandemia COVID-19 tem vindo a acentuar-se muito seriamente, entre outubro de 2020 e Fevereiro de 2021, com um alarmante aumento dos números de infetados, internados e falecidos, e ainda uma situação de agravamento de outras patologias típicas do período de inverno, em particular com a onda de frio que temos sofrido, o Presidente da República, através do Decreto n.º 6-B / 2021, de 13 de Janeiro decretou, a renovação do Estado de Emergência, nos termos dos artigos 19.º, 134.º, alínea d), e 138.º da Constituição e da Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro, e pela Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio, sob proposta e ouvido o Governo e obtida a autorização necessária da Assembleia da República, através da Resolução da República n.º 1-B / 2021, de 13 de Janeiro;
- e) O município da Amadora considera que as associações desportivas têm um papel preponderante na sociedade, pois contribuem para o desenvolvimento do desporto, do lazer e da ocupação dos tempos livres, o que assume especial relevo no que toca às camadas da população mais jovens e mais desfavorecidas;
- f) Nos encontramos em processo de desconfinamento e de levantamento gradual das restrições, e que é imperativo garantir às associações desportivas as condições necessárias ao retomar da sua normal atividade, de forma a garantir a todos o direito ao desporto, direito este constitucionalmente consagrado;
- g) O **CLUBE DESPORTIVO CÁ-TE-ESPERO**, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem contribuído para o desenvolvimento da política desportiva do município da Amadora;
- h) Nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 23º, do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos tempos livres e desporto;
- i) Nos termos das alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º do diploma legal supra referido, compete à câmara municipal deliberar sobre a concessão de apoio financeiro, ou de



qualquer outra natureza, a entidades e organismos legalmente existentes, designadamente com vista a apoiar atividades de natureza desportiva;

- j) A lei de bases da atividade física e do desporto, aprovada pela lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, determina que os apoios ou participações concedidas pelas autarquias, na área do desporto, têm de ser tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo;
- k) O decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

Entre

O Município da Amadora, com sede na Avenida Movimento das Forças Armadas, freguesia da Mina de Água, pessoa coletiva n.º 505456010, representado neste ato pela Presidente da respetiva Câmara Municipal, Carla Maria Nunes Tavares, com os poderes conferidos pela alínea f) do nº 2 do artigo 35º do Anexo I a que se refere o nº 2 do artigo 1º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, adiante designado por primeiro outorgante;

E

CLUBE DESPORTIVO CÁ-TE-ESPERO, pessoa coletiva n.º 501076158, com sede na Praça Mestre Simões de Almeida, N.º 5-A, 2700-579, Mina de Água, Amadora, representada neste ato por Bruno Miguel Fernandes Cavaco na qualidade de Presidente da Direção e João António Andrade dos Santos na qualidade de tesoureiro, doravante designados por segundo outorgante.

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, ao abrigo dos artigos 46º e 47º da lei nº 5/2007, de 16 de janeiro e do decreto-lei nº 273/2009, de 1 de Outubro, na sua redação atual, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª
Objeto

Constitui objeto do presente contrato-programa a cooperação entre os dois outorgantes no sentido do apoio à retoma das atividades desportivas por parte do segundo outorgante, a partir do momento em que tal seja legalmente possível.

Cláusula 2ª
Apoio Financeiro

1. O primeiro outorgante presta uma participação financeira ao segundo outorgante, para apoio à execução do programa desportivo, conforme previsto na cláusula 1ª, no montante global de 406,33 € (Quatrocentos e seis euros e trinta e três cêntimos).
2. A participação financeira descrita no número anterior destina-se, exclusivamente, a apoiar financeiramente a execução do objeto do presente contrato-programa.
3. A participação financeira referida nos números anteriores será disponibilizada na totalidade e de única vez, e será transferida após a entrada em vigor do presente contrato-programa.

- 
- 
- h) Manter um registo detalhado e atualizado dos proveitos referentes aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados, com menção expressa da sua proveniência e insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, conforme modelo aprovado pelo primeiro outorgante.

Cláusula 5ª
Prazo de execução do programa

1. A execução do programa tem o seu início com a outorga e publicitação do presente contrato-programa e termina com a conclusão do programa descrito na cláusula 1ª, o que deverá suceder até 30 de setembro de 2021.
2. O primeiro outorgante, com base em pedido devidamente fundamentado formulado pelo segundo outorgante, pode conceder prorrogações ao prazo estipulado no número anterior.
3. O presente contrato pode também considerar-se concluído se ocorrer facto superveniente que torne objetiva e definitivamente impossível a realização do programa, desde que a causa não seja imputável ao segundo outorgante, e exista a necessária validação por parte do primeiro outorgante.

Cláusula 6ª
Controlo e fiscalização da execução do contrato-programa

1. O controlo e fiscalização da execução do contrato-programa competem ao primeiro outorgante, assistindo-lhe o direito de mandar terceiros para os devidos efeitos.
2. No âmbito do controlo e fiscalização do cumprimento do contrato-programa, o primeiro outorgante pode realizar, para o efeito, inspeções inquéritos e sindicâncias, podendo igualmente determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

Cláusula 7ª
Revisão ao contrato-programa

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes em conformidade com o estabelecido no art.º 21.º do decreto-lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação, podendo ainda ser revisto unilateralmente pelo primeiro outorgante, em caso de imposição legal ou ponderoso interesse público, após deliberação da câmara municipal da Amadora.

Cláusula 8ª
Mora

1. Caso se verifique um atraso na realização do programa de desenvolvimento desportivo, por parte do segundo outorgante, poderá o primeiro outorgante fixar um novo prazo ou um novo calendário para a execução, caso considere, que perante a situação em concreto tal se justifica.

podendo utilizar em seu próprio benefício, nem revelar, ceder, partilhar ou permitir a sua duplicação, uso ou divulgação, no todo ou em parte, por terceiros.

1. Com a celebração do presente contrato-programa as partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados.

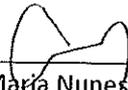
Cláusula 13ª
Disposições finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições previstas no decreto-lei nº 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, e no regulamento do programa de apoio ao movimento associativo.

E por ambas as partes estarem de acordo, vai o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo ser assinado e rubricado, em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos outorgantes.

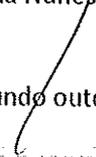
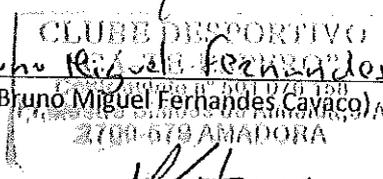
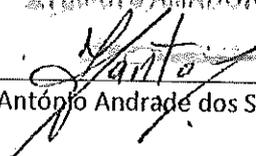
Amadora, 3 de Maio de 2021.

Pelo primeiro outorgante



(Carla Maria Nunes Tavares)

Pelo segundo outorgante



CLUBE DESPORTIVO
Bruno Miguel Fernandes Cavaco
(Bruno Miguel Fernandes Cavaco)
2700-679 AMADORA


(João António Andrade dos Santos)

13 DE ABRIL DE 2021



AMADORA
Município



**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
DESPORTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA COVID19**

5

1. Identificação da Associação

Clube Desportivo Cá-Te-Espero
Praça Mestre Simões de Almeida, 5 A
211377317
cd.ca.te.espero@hotmail.com
501076158

2. Descrição das Atividades a realizar

Publicação de conteúdos informativos nos meios de comunicação da associação com indicações úteis de apoio ao controlo da pandemia causada pela doença COVID19, e ao combate da Inatividade.

3. Justificação do Programa

Como é do conhecimento geral, a 30 de Janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a existência de uma emergência de saúde pública de âmbito Internacional devido ao vírus SARS-Cov-2, responsável pela doença (COVID-19). Tendo sido posteriormente, a 11 de março de 2020, declarado o estado de pandemia.

Com base no exposto, foi declarado o estado de emergência pelo Presidente da República, através do Decreto do Presidente da República nº 14-A/2020, de 18 de março. O aludido estado de emergência foi renovado a 2 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 17-A/2020, e a 17 de abril, através do Decreto do Presidente da República nº 20-A/2020. Por fim, foi declarada a situação de calamidade pública pela resolução do Conselho de Ministros nº 33-A/2020, de 30 de abril.

A situação acima descrita deu origem a um conjunto de legislação excecional e temporária que visou dar resposta à situação epidemiológica, onde se destaca o decretamento do confinamento obrigatório e o encerramento da maioria dos espaços e instalações de utilização pública. Foram igualmente adotadas medidas excecionais e temporárias a fim de mitigar os efeitos nefastos que se fizeram sentir de forma transversal em toda a sociedade.

No que respeita à área do desporto foram aprovadas algumas medidas, porém, nenhuma delas visou, de forma direta, amenizar os efeitos negativos ao nível das atividades e da receita tesouraria das associações e clubes desportivos.

Efetivamente, o setor desportivo foi confrontado com uma súbita e imprevisível perda de receitas de bilheteira, das atividades de formação, patrocínios, quotizações e outros apoios, enquanto se mantiveram todos os seus compromissos de pagamento com a manutenção das instalações e despesas de água, eletricidade, telecomunicações, seguros, fornecedores e salários e demais encargos.

Em 29 de maio de 2020, foi emanada a orientação N.º 030/2020 por parte da Direção Geral de Saúde, definindo os espaços de prática de exercício físico e desporto e a realização de competições desportivas de modalidades individuais sem contacto físico. A presente orientação foi atualizada a 20 de julho de 2020.

Face à evolução da crise sanitária, a 25 de agosto de 2020, a Direção Geral de Saúde publicou a orientação N.º 036/2020 que enquadra o desporto e as competições desportivas.

Em virtude do agravamento da situação sanitária, foi decretado a partir de 15 de Janeiro de 2021 novo confinamento geral obrigando ao encerramento de ginásios, pavilhões e outros recintos desportivos.

Ora, o artigo 79º da Constituição da República Portuguesa estabelece que "Todos têm direito à cultura física e ao desporto", incumbindo "ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto".

Por outro lado, o regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual conferida pela lei nº 50/2018, de 16 de agosto, refere serem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo os municípios, designadamente, de atribuições no domínio dos tempos livres e desporto (nºs 1 e 2, alínea f) do artigo 23º).

Mais, refere o mesmo regime que compete à Câmara Municipal, "Deliberar sobre as formas de apoio a entidade e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos", e ainda "apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outro de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças" (alíneas o) e u) do nº 1 do artigo 33º).

Por outro lado, a lei de bases da atividade física e do desporto, aprovada pela lei nº 5/2007, de 16 de janeiro estabelece no nº 2 do seu artigo 5º que "O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promovem o desenvolvimento da actividade física e do desporto em colaboração com as Instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que atuam nestas áreas."

De igual forma, a mesma lei de bases estipula que "Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais, a promoção e a generalização da actividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos" (artigo 6º, nº 1) e que "Incumbe à Administração Pública na área do desporto apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros, incentivar as actividades de formação dos agentes desportivos e exercer funções de fiscalização, nos termos da lei" (artigo 7º, nº 1).

Importa, assim, concretizar a concessão dos apoios extraordinários através da celebração de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos e para os efeitos do disposto no regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo decreto-lei nº 273/2009, de 1 de junho, na sua atual redação conferida pelo decreto-lei nº 41/2019, de 26 de março.

4. Quantificação dos Resultados esperados com a Execução do Programa

Realização das publicações referidas no ponto N.º 2.

5. Previsão dos Custos e da necessidade de Financiamento Público

A base de cálculo para a presente proposta teve por base os apoios atribuídos na primeira fase, em função da verificação e avaliação da distribuição daquele apoio, face às informações recolhidas junto das entidades.

6. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecida pela entidade proponente para a execução do Programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras participações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições

A Associação em causa assume o enquadramento financeiro, técnico, material e humano, necessário ao acompanhamento e desenvolvimento do seu plano de atividades.

7. Entidades eventualmente associadas à gestão e execução do Programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades

Câmara Municipal da Amadora – Programa de Apoio ao Movimento Associativo.

8. Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se as houver

Este Programa de Desenvolvimento Desportivo é complementar ao plano de atividades da Associação o qual foi devidamente apresentado no âmbito da candidatura ao Programa de Apoio ao Movimento Associativo em 2020.

9. Calendário global de execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

A partir de 01 de Outubro de 2020.

A Direcção
CLUBE DESPORTIVO
"CA. FRANCISCO"
Rua Francisco Cavaco
Pr. Mestre Soares da Amadora, S.A.
2800-000 AMADORA
Presidente

Bruno Cavaco